Anhanguera é multada em R\$ 1,5 milhão por dar informações enganosas ao Cade

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou à Anhanguera Educacional o pagamento de multa de R\$ 1,5 milhão pela prestação de informações enganosas na instrução do ato de concentração em que a empresa adquiriu a totalidade das ações da Novatec e do Instituto Grande ABC de Educação e Ensino, mantenedor da Faculdade Anchieta. A decisão do conselho foi proferida nesta quarta-feira (4/12) no julgamento de dois autos de infração abertos contra a empresa.

No primeiro, o conselheiro relator Eduardo Pontual Ribeiro destacou que a Anhanguera omitiu informações sobre a participação simultânea de Ângela Regina Rodrigues no conselho da Anhanguera Participações e na direção da instituição de ensino Anhembí Morumbi. Segundo Pontual, “a atuada não agiu com o cuidado necessário na prestação de informação de interesse do Cade para a análise do ato de concentração entre os grupos Anhanguera e Anchieta”. Por essa infração, a empresa deverá pagar R\$ 1 milhão em multa.

Já a conselheira Ana de Oliveira Frazão, relatora do outro auto de infração, apontou que a empresa apresentou informação inverídica referente à participação societária de Gabriel Rodrigues e sua família no Fundo de Educação para o Brasil (FEBR), controlador da Anhanguera. “A Anhanguera informou ao Cade que Gabriel Rodrigues detinha apenas 7,5% do FEBR, quando na verdade ele e sua família teriam participação de 75,7% no referido fundo”, explicou. O Conselho determinou o pagamento de multa no valor de R\$ 500 mil à empresa por prestação de informação incorreta.

O Tribunal do Cade entendeu que a Anhanguera não cumpriu adequadamente com seu dever de prestação de informações idôneas, agindo em desconformidade com o padrão exigível de agentes que apresentam atos de concentração para análise pelo órgão antitruste.

Entenda o caso

A operação envolvendo a aquisição da Novatec e do Instituto Grande ABC pela Anhanguera (Ato de Concentração 08012.003886/2011-87) foi levada a julgamento pelo conselheiro relator Alessandro Octaviani na sessão do dia 7 de março de 2013. Ao final da leitura do voto, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vistas do conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro. Na sequência, o tribunal determinou a lavratura de auto de infração para apurar possível enganabilidade por parte da Anhanguera.

Na sessão do dia 20 de novembro, a operação foi aprovada pelo Tribunal do Cade condicionada à assinatura de Termo de Compromisso de Desempenho (TCD). A análise dos autos de infração foi feita de forma autônoma ao julgamento do ato de concentração. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Cade.*

Auto de infração 08700.005450/2013-36

Auto de infração 08700.005451/2013-80

Date Created

05/12/2013